



# GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

**RESENHA: CUNHA, LUCIANO CARLOS. UMA BREVE INTRODUÇÃO À ÉTICA ANIMAL: DESDE AS QUESTÕES CLÁSSICAS ATÉ O QUE VEM SENDO DISCUTIDO ATUALMENTE. 1. ED. CURITIBA: APPRIS, 2021. R\$ 64,90.**

NATAN SANTOS MELLO<sup>1</sup>

O livro *Uma breve introdução à Ética Animal – desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente*, que teve a sua primeira edição publicada em 2021, pela Editora Appris, em Curitiba, foi escrito por Luciano Carlos Cunha, e conta com o total de 249 páginas. O autor possui doutorado e mestrado em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e é licenciado em Educação Artística com habilitação em música pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Desde 2019, trabalha como coordenador geral das atividades da *Animal Ethics* no Brasil ([www.animal-ethics.org](http://www.animal-ethics.org)).

Neste livro, Cunha tem como objetivo central introduzir os principais conceitos a respeito da ética animal, assim como as razões pelas quais se deve agir em prol da manutenção da situação de animais não-humanos visando o seu benefício. Com 9 capítulos, o livro pode ser dividido em quatro partes, em que a primeira trata do conceito-chave do escrito: a consideração moral dos seres sencientes. A segunda apresenta e objeta, detalhadamente, os principais argumentos que sustentam ideologias e práticas de teor especista e ambientalista. A terceira parte foca em explicar as consequências de ações relacionadas à desconsideração moral a animais não-humanos e o sofrimento ocasionado por danos naturais. E a última parte trabalha com as prescrições cabíveis para se amenizar o dano em seres sencientes, assim como a motivação para cumprir com tais prescrições.

---

1 Graduando do curso de Filosofia da Unicentro. Bolsista PET. Email: [natansantasmello@gmail.com](mailto:natansantasmello@gmail.com)

Na primeira parte, Cunha conceitua a consideração moral como o que diz respeito às razões para agir de determinada forma ou de outra diante de algo ou alguém. Para o autor, o critério base para se avaliar a consideração moral de um agente para com um objeto (seja algo ou alguém) é de cunho utilitarista – a *senciência*. Se considera ou se desconsidera moralmente o interesse do objeto de consideração em experienciar prazer (estado mental de valência positiva), e evitar ou amenizar a experiência da dor (estado mental de valência negativa). Devido a isso, os seres que possuem a *senciência*, a capacidade de experienciar tais valências, são os membros mais relevantes de uma comunidade moral.

Cunha explicita que a atividade humana em relação aos animais, de modo geral, não os considera moralmente (pelo menos, não de maneira direta), pois a exploração animal, por exemplo, cumpre com a satisfação de interesses humanos, e desconsidera o interesse dos animais não-humanos de não experienciar a dor ou algum tipo de sofrimento ocasionado por tal exploração. Isso caracteriza *especismo*, uma vez que o humano não considera de maneira igual os interesses de membros de outras espécies, pois as vê como instrumento de satisfação de interesses da sua própria espécie. Isso decorre de uma falsa ideia que defende a presença de algum atributo especial a espécie humana, do qual o tornaria superior e/ou que seus interesses são mais valiosos de alguma forma.

Em seguida, o autor apresenta diversas defesas do *especismo antropocêntrico* e do *ambientalismo* que, assim como suas vertentes, desconsideram, pelo menos no que diz respeito a animais não-humanos, o critério da *senciência*. Os principais argumentos que sustentam essas posições são meticulosamente objetados, e a principal estrutura de refutação do autor é um exercício mental, baseado em John Rawls, do qual pode ser elaborado da seguinte forma: Em um mundo possível, onde a Terra é invadida por uma raça alienígena superinteligente, os humanos achariam justo terem os seus interesses de experienciar o prazer e evitar/amenizar a dor completamente desconsiderados? Não parece injusto que façamos o mesmo com animais não-humanos? Este exercício mental ataca diretamente o argumento das capacidades humanas (como a inteligência e a racionalidade complexa), porém o autor retorna a exemplos similares que nos obrigam a pensar na situação precária na qual vivem os animais não-humanos, seja por conta da exploração humana, seja pelo seguimento do *curso da natureza*. Nesta parte é evidente, também, o diálogo do autor com filósofos contemporâneos, os quais são devidamente creditados por suas contribuições à temática.

Posteriormente, Cunha explica a diferença entre teorias deontológicas e utilitaristas quanto o curso das ações morais que concernem à ética animal. De maneira simples, ao aceitar a consideração moral através da *senciência*, os humanos não estariam justificados, por exemplo, em explorar animais não-humanos, assim

como omitir ajuda a tais animais, uma vez que ambas as situações caracterizam desconsideração moral. Para isso, Cunha utiliza de vários exemplos para mostrar que se todo o mais sendo igual, tratar um ser humano da mesma maneira que tratamos outros seres sencientes seria uma ação passível de punição e repulsa.

O filósofo discorre, também, sobre o ambientalismo, qual seja, a posição na qual se olha para certos aspectos do meio ambiente como objetos de consideração moral direta. Isto implica que o critério de senciência fica suspenso em segundo plano, pois o que se pretende preservar é o ambiente, o território natural. O autor aponta que esta posição está fortemente presente nas ciências naturais que, além de descritivas em seu mote teórico, atuam como normativas em relação a atividades humanas e de outros animais no meio natural. Ademais, Cunha elucida os problemas de valiosidade do ambientalismo, indicando que a sua relevância não prevalece sob o critério da senciência, no entanto o que o próprio ambientalismo almeja e o que Cunha propõe para remediar a situação de animais não-humanos, por vezes, coincidem.

Ao final, o autor exhibe algumas posições que defendem a não-interferência humana na vida de outros seres sencientes, a não ser que possua algum tipo de reparação moral por parte de humanos, ou seja, agir somente quando o sofrimento de tais seres tenha sido fruto de ação humana. Para rebater este tipo de posição, Cunha a acusa de falha epistêmica, pois é através de um viés cognitivo do qual o agente não se vê como responsável por determinado dano, ele estaria justificado em omitir ajuda para corrigi-lo. No fundo, o agente estaria se confortando (viés da conformidade) com a ideia ou informação que lhe parece mais aprazível, *fechando os olhos* para as consequências que a subseguem. Adiante, o autor procura justificar as ações positivas e suas motivações para promover o maior bem-estar de todos os seres sencientes, descartando o especismo não somente antropocêntrico, mas de todas as suas formas de manifestação.

Para além da reconstrução dos principais pontos, há de se destacar que o livro é intelectualmente acessível. Há diversos conceitos familiares à filosofia, e também as outras áreas de conhecimento, que são cuidadosamente definidos, proporcionando uma boa densidade teórica que não escapa de uma leitura leve. O autor dispõe de diversos exemplos e argumentos, mantendo um alto grau de fidelidade às ideias dos teóricos mencionados durante boa parte de seu livro. Além de satisfazer a pesquisa de um público leigo no tema, também o faz para acadêmicos que já possuem um alto refinamento teórico, pois é rico de conteúdo relacionado à temática. Seja através de exemplos, seja através de conceituações sofisticadas, é claro o esforço de Cunha para tornar palpável o seu trabalho.

Quanto aos pontos negativos, o primeiro é que o autor peca estruturalmente nos últimos capítulos do livro, pois há uma escassez de referência ao citar a posição de

determinada corrente filosófica ou ideológica, o que gera frases como “esta posição é vista como absurda” em seu texto sem alguma menção apropriada. Por vezes, tratam-se de menções a conceitos ou afirmações discutidas em capítulos anteriores. No entanto, exige maior rigor metodológico ao pesquisador, coisa da qual poderia ser facilitada por uma simples menção, ainda que repetida, dos autores indicados e assim por diante.

O segundo ponto é em relação a aderência do que foi proposto por Cunha. Diferentes posições atacadas pelo autor estão relacionadas à cultura de uma determinada comunidade em que churrasco, vestimentas de couro e montaria de cavalos está fortemente impregnada na tradição de tal comunidade, ainda que não seja algo presente no dia a dia de seus membros. Disso não se segue que tal cultura seja boa ou que possua um valor maior que o interesse de um ser senciente em não sofrer danos (neste caso, os animais explorados para perpetuação de tais tradições de uma cultura), uma vez que este tipo de argumento é objetado no capítulo 3 do próprio livro. Porém a distância entre o que se prescreve e o que é moralmente aceito e realizado é um problema extremamente complexo. Não cabe a leitura de um livro introdutório solucioná-lo, nem a Cunha de remediá-lo, contudo parece conveniente que considere, com maior rigidez, a magnitude da força deste tipo de tradição, pois é um claro exemplo que expõe a fraqueza de argumentos sólidos e logicamente verificados para motivar uma ação moral. A motivação de ação moral parece possuir raízes profundas, para muito além da *racionalidade*, portanto seria mais adequado, talvez, investigar o alinhamento dessas expressões morais com o restante das expressões que a envolve, e não a isolar dessa teia, para então, enfim, dizer algo sobre o curso de ações necessárias para reparar a atual situação de animais não-humanos.

Em conclusão, embora conte com tais imprecisões, ressalta-se o êxito do livro ao manifestar os problemas que tocam os animais não-humanos. A importância desse tema para a Filosofia, especialmente no campo da Ética, constitui-se de uma postura crítica em relação ao exercício de teorização da moralidade que, em grande parte, não propicia uma discussão acerca da questão de outros animais passíveis de serem alocados em uma comunidade moral.